

Entre “almas” e “caboclos”, um “povo só”: diferença e unidade numa ilha no Rio São Francisco

Márcia Nóbrega

Doutoranda pelo PPGAS da Universidade de Campinas (Unicamp)

Laboratório de Antropologia Territórios e Ambientes (LATA)

Centro de Estudos Rurais (CERES)

marciamnobrega@gmail.com

Resumo

Este artigo busca compreender como se dá a relação de um “povo” que habita uma ilha situada no trecho submédio do Rio São Francisco com suas “almas” e “caboclos”, com as quais não raro deparam-se no seu caminhar. Argumento que, a fim de tornar essa convivência possível, tal “povo” mobiliza uma espécie de ‘cartografia espiritual’ capaz de dar conta de um lugar que é sempre apreendido como em constante movimento. Ao mesmo tempo em que se pensam enquanto “um só povo”, o lugar onde convivem com “almas” e “caboclos” também é pensado a partir do mesmo movimento de ser “um só”. Nesse sentido, nessa ideia de unidade se expressa também sua ideia de diferença: ao lado de serem “um só” persiste a assunção de que “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”.

Palavras-Chave: Almas; Caboclos; Territorialidade; Sertão.

Abstract

This paper seeks to understand how is done the relationship of a “people” inhabiting an island situated in the sub-middle stretch of the São Francisco River with their “souls” and “caboclos”, with which they are often faced in their daily walk. I argue that, in order to make this coexistence possible, such “people” mobilizes a kind of ‘spiritual cartography’ able to get along with a place that is always perceived as constantly moving. At the same time that they think themselves as “one people”, the place where they live with “souls” and “caboclos” is also had as “just one”. Though, my interest is to think how, within this idea of

unity, is expressed either their idea of difference: next to the notions of being “only one” remains the assumption that “one thing is one thing and another thing is another thing.”

Keywords: Spirits; “Caboclos”; Territoriality; “Sertão”.

Para se ir de uma casa a outra na Ilha do Massangano, uma ilha como tantas outras que compõem o arquipélago do trecho submédio do Rio São Francisco, é preciso muitas vezes percorrer certos desvios¹. Ao partir da sua casa rumo a uma “casa de caboclos”² localizada na outra ponta da ilha, Dona Amélia, uma senhora já idosa, malgrado suas dores nas pernas e suas vistas “anuviadas”, não se poupou de fazer um trajeto mais longo: contornou encruzilhadas, cruzeiros e passou ao largo de um pequeno cemitério onde estão enterradas apenas crianças – o “cemitério dos anjinhos”. Fazia isso, me explicou, para evitar encontros indesejados. O caso é que ali, nesses lugares, passa ou habita não apenas “gente”, mas toda sorte de “almas” e “caboclos”. Este artigo procura pensar como os habitantes da ilha elaboram tais encontros, apreendendo essa relação a partir das metamorfoses do “lugar” em que vivem – em especial aquelas provocadas pela Barragem de Sobradinho situada 40 km à montante e que, desde a década de 1970, alterou radicalmente o regime das águas do rio que a rodeia³.

Esse lugar, a Ilha do Massangano, tem cerca de sete quilômetros de extensão e três de largura e é habitado por 158 famílias ou 600 pessoas, segundo as estimativas das agentes de saúde locais. O conjunto dessas famílias me foi apresentado enquanto “um povo só, o povo de Iaiá Celestina”, cuja unidade é tomada a partir desta antepassada comum, Celestina, cuja presença na ilha aponta para segunda metade do século XIX. Mas há mais: a fórmula “um povo só” contém uma miríade de outros povos que ora são parte dele e ora o englobam. Por exemplo, a depender do posicionamento de quem fala, “o povo dos Peba” ou “dos Barrinha” superam ao mesmo tempo em que estão contidos no “povo de Celestina”. A costura dessas relações, de um povo em outro sendo todos “um só”, é feita pelas águas do rio: até onde suas correntezas os permitem chegar de barco, visitam-se, aparentam-se, e quando o revés se faz o caso, se afastam.

1 O que apresentarei aqui é parte de minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2014, e que está em andamento: *A correnteza das águas e o que elas carregam: Vivos, mortos e o espaço na Ilha do Massangano, Rio São Francisco*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Unicamp. As ideias contidas nesse artigo foram primeiramente desenvolvidas para ser apresentada no GT “Teorias etnográficas da (contra) mestiçagem da XI RAM, em 2015, no Uruguai. Agradeço a Marcio Goldman e às outras organizadoras Julia Sauma e Belen Hirose, pelos comentários e pelas sugestões feitas à primeira versão, bem como à minha orientadora Emília Pietrafesa e Godoi e demais colegas do PPGAS da Unicamp pela leitura e contribuições ao texto.

2 “Casa de caboclos” é como eles se referem ao lugar onde cuidam de tais entidades que, veremos, povoam a Ilha do Massangano. Ainda, sobre o uso de aspas: “aspas duplas” indicam falas nativas de recorrência, ‘aspas simples’ indicam termos estranhos ao contexto nativo, em geral de procedência acadêmica.

3 A barragem, que começou a ser construída ainda na década de 1950, só entrou em operação em 1978, com o funcionamento de sua primeira turbina. Em sua construção alagou-se uma área de 4.214 Km² e a cifra oficial de população deslocada foi de sessenta mil pessoas, cerca de 77% da população da área. Hoje estima-se que essa cifra seja talvez o triplo do que foi estipulada. Foram parcialmente inundadas terras do município de Juazeiro, Sento Sé, Xique-Xique, na margem direita do rio, e de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado na margem esquerda. Também foram inundadas quatro sedes municipais (Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado) e dezenas de outros povoados (cf. Sigaud 1988).

O mesmo movimento que os possibilitam ser “um só” é também o que os faz ser vários. O ‘povo dos buracos’, tal como apresentado por Ana Carneiro (2014), a partir de sua etnografia na Chapada Gaúcha no norte de Minas Gerais, também se pensa, semelhante ao caso da Ilha do Massangano, como um ‘povo’ e de ‘um sangue só’. Carneiro argumenta que o ‘povo’ é uma formação coletiva constituída no tempo e no espaço – isto é, só “percebemos o povo em sua duração” e em “variação contínua” (Carneiro 2014: 470-477). Penso que tal estrutura apresentada pela autora é boa para pensar o contexto da Ilha do Massangano. Em ambos os casos, o “povo” ao mesmo tempo que “é um”, são muitos – costurados pelas veredas dos rios que os atravessam. Seguindo a trilha aberta pelo ‘povo dos buracos’, pode-se dizer que tanto um quanto outro são

(...) distinguidos de acordo com os rios ou as veredas que dão nome aos seus locais de moradia, à sua vizinhança, e pelos respectivos modos de comer e de conversar de famílias e vizinhanças. Os nomes de rios indicam uma ‘vizinhança’ não apenas geográfica, mas também um trânsito intenso e diário entre casas, próximas fisicamente e também afetivamente, ‘um sangue só’, constituindo assim uma mesma ‘família’. (Carneiro 2014: 464)

Pelo lado da Ilha do Massangano, entre as águas e no meio do sertão, desde então, ou ainda “desde sempre”, o “povo de Celestina” habita essa pequena ilha que faz parte do complexo do bioma da caatinga⁴. Situada no Rio São Francisco no trecho que separa os estados da Bahia e de Pernambuco, a Ilha do Massangano está a cerca de vinte quilômetros de distância das cidades de Petrolina, que é sua cidade sede, e de Juazeiro – cidade esta que até a década de 1960 foi o principal porto de escoamento do leva e traz de mercadorias da até então intensa rota de navegação que ia de Januária, em Minas Gerais, a Juazeiro da Bahia. “A carreira grande”, conforme essa rota foi nomeada, por muito tempo foi responsável por conectar as regiões do Sudeste e do Nordeste brasileiro. Diante disso, o rio São Francisco passou a ser conhecido como o “Rio da Integração Nacional” (cf. Neves 1988).

O povo e seus povoamentos: gente, almas e caboclos.

Neste tempo “de primeiro”, enquanto as mulheres ficavam em terra para cuidar dos filhos, das casas e das plantações, boa parte dos homens da ilha ocupava-se com os ofícios das águas: além de pescadores, foram também exímios “remeiros” ou “moços” de convés, contramestres, comissários, práticos (pilotos) ou mestres, comandantes, entre outros. Percorriam o trecho de águas nas ‘barcas de figura’ – famosas pelas “carrancas” que ostentavam em sua proa – ou em embarcações mais recentes, introduzidas pelos sergipanos: os também famosos “vapores” do Rio São Francisco, cuja sobrevida foi abreviada pela construção (não apenas da Barragem, mas) das rodovias que conectaram o sertão às capitais litorâneas Recife e Salvador, mudando de vez o eixo do sistema de transporte local das águas para a terra. Tanto numa quanto noutra, além de matérias-primas e manufaturados,

4 É difícil precisar a quantidade de ilhas que há ao longo do leito do Rio São Francisco. O levantamento mais abrangente catalogou cerca de 334 ilhas, mas esse número varia bastante. A dificuldade está, justamente, porque as ilhas mudam ao longo do tempo, ora se agregando a outras, ora simplesmente desaparecendo em meio a eventuais cheias (Ferraz & Ferraz Barbosa 2015: 41-42).

essas embarcações também movimentavam de um lado a outro, causos, religiosidades, rezas, sambas e cantigas de toda sorte – de benditos a pontos de caboclo⁵.

Em certo sentido, a força da correnteza das águas arrastou não somente as embarcações e seus conteúdos, mas também os próprios “caboclos” que hoje povoam a Ilha. A correnteza, além de batizar a Ilha do Massangano em seu nome antigo (Ilha do Rodeadouro, por conta da força das águas que a rodeiam), foi também o que a pariu: a força da correnteza separou a ilha de sua porção continental, circunscrevendo sua terra. E é na terra, a salvo das águas, onde estão os caminhos por onde andam não apenas sua gente, mas também as “almas” e alguns “caboclos”. Assim, a Ilha do Massangano foi continuamente povoada não apenas por “gente”, mas também por outras qualidades de seres que, conforme gostam de dizer, “existem” e estão “por aí”. Desses ‘estados de existência’, recupero fundamentalmente dois: por um lado aqueles que são apresentados como algo que já foi vivo e que morreu, desprendendo-se de seu corpo físico *as almas*; e por outro lado *os caboclos*, como aqueles que não são exatamente ‘mortos’ porque a vida nunca lhes foi um necessário ponto de partida.

Em tempo, é preciso dizer que na Ilha do Massangano a vida nem sempre é colocada em oposição à morte. Muitas vezes, a “alma” de um parente morto, aparece “em vida” com o propósito de lhes dar algum recado – geralmente a cobrança da obrigação com algum santo ou caboclo que, enquanto vivo, não foi capaz de cumprir. Foi “em vida”, por exemplo, que o pai de uma amiga, veio até uma parenta sua para que passasse um recado para filha: o de nunca deixar de fazer sua festa de Cosme e Damião. Também “em vida” foi que a filha de um renomado “caboqueiro”⁶ da Ilha veio ao tio para que avisasse ao pai que parasse de chorar sua morte. Tanto um quanto a outra vieram “em vida” porque não ‘em sonho’ ou em ‘sono’ – de modo que pudessem ser vistos mesmo em estado de vigília. Em outra ocasião, outro amigo, contava-me de seu espanto ao deparar-se com “a mulher do balaio na cabeça” que a cada passo que dava crescia mais um pouco. Antes de correr dali, não deixou de alertar o amigo que caminhava com ele: “corre que aquilo ali não é vivo não!”.

Nesses sentidos, a “vida” é acionada antes como uma qualidade do que como um estado discreto descontínuo à morte – há vida no mundo dos mortos, muito embora isso não implique dizer, obviamente, que ser vivo é o mesmo que ser morto. A vida, tal como percebi na Ilha do Massangano, não se opõe necessariamente à morte, mas àquilo que não pode ser visto – já que muitas vezes até mesmo a morte precisa de alguma consistência. No limite, a impressão que se tem é que o exercício de qualificação de determinado ser num estado ou noutro (se vivo ou morto) é relativo ao plano de existência ao qual determinado ser pertence – isto é, no limite, sempre se é vivo no mundo onde se vive. Em todo caso, vivos ou mortos, ainda que não os vejamos, seguem presentes na Ilha do Massangano, já que não se duvida que “almas” e “caboclos” existam e estejam “por aí”, povoando no invisível do mundo, a terra que se habita.

5 Para maiores detalhes sobre o trânsito nesse trecho do Rio São Francisco e a trajetória em especial do Samba de Véio, um samba de coco comum a essas localidades ribeirinhas vizinhas, ver o livro “O Samba é fogo: o povo e a força do Samba de Véio da Ilha do Massangano” (Nobrega 2017), fruto de minha dissertação de mestrado pelo PPGAS da UFF.

6 “Caboqueiro” é o termo recorrente para se referirem àqueles que lidam com os caboclos. Os termos “caboqueiros” e “médiums” (ou mais comumente, na flexão de gênero feminina: “medias”) podem coincidir, mas não são a mesma coisa, já que médium pressupõe a capacidade de alguém “pegar caboclo”, enquanto “caboqueiro” pode ser simplesmente aquele que frequentemente está lidando com tais entidades, sem a necessidade de incorporá-las.

Entretanto, tal convivência – entre “almas”, “caboclos” e “gente” – num mesmo ‘espaço’ nem sempre é ou foi harmoniosa. Dessa forma, para fins desse artigo, trarei à análise, por um lado, algumas considerações sobre as apreensões nativas sobre aquilo que chamei de ‘espaço’ e que eles chamam de “terra” (e suas variantes), e, por outro lado, percorrerei dois modos de religiosidades que os habitantes da Ilha do Massangano mobilizam a fim de lidarem com tais povoamentos: as “giras de caboclo” e a “Alimentação das Almas”.

A água e a terra

De modo geral, entre os habitantes da Ilha do Massangano há uma apreensão de que não apenas as pessoas, mas também o lugar “caminha” – e por, pelo menos, duas razões. Primeiro, porque o caminho é feito pelo próprio caminhar e ao se mudar os pontos de referências – em geral as casas –, mudam com eles os caminhos; e segundo porque o próprio lugar também se desloca sobre si mesmo. Certa vez uma amiga me disse quando contemplávamos juntas o rio: “repare como encaixa direitinho uma na outra”. Apontava para o desenho das margens ao redor: com alguma imaginação se podia facilmente ver que a Ilha do Massangano, a sua ilha vizinha e a porção continental da “banda do Pernambuco” formavam “uma terra só”. Em oposição à “terra firme”, a ilha, pois, anda – arrastada pela força das correntezas do rio: ela que já esteve aqui e acolá, as vezes boa parte dela, inclusive, desaparecia – submergida pelas constantes cheias do rio, frequentes até a década de 1970, marco da construção da Barragem de Sobradinho.

A água circunscreve o território da ilha tanto quanto a constitui – e não apenas seu território, mas também a própria terra: desconfiam de sua consistência, já que a terra afunda, muda de contorno e de lugar. Por outro lado, confiam na relação entre terra e água. Em terra, se orientam pelo sentido das águas: onde o rio começa está “o rio de cima”, assim como onde ele termina está o “rio de baixo”; tudo que estiver à direita além rio é a “banda da Bahia” e tudo que estiver à sua esquerda é a “banda do Pernambuco”. No tempo das cheias, quando parte da terra submergia, aqueles que ficavam se “retiravam” para o “alto” da ilha, na parte do “rio de cima”, onde a terra resiste e permanece, onde a despeito das águas se sustenta os caminhos.

Ana Luiza Martins Costa (2013), no livro “Uma Retirada Insólita” descreveu os modos como um grupo de camponeses ribeirinhos do Rio São Francisco, numa comunidade não muito longe da Ilha do Massangano, se organizou para enfrentar uma situação que a autora chamou de “insólita”: a subida definitiva das águas do rio ocasionada pela construção da Barragem de Sobradinho, que transformou o lugar onde viviam num grande e imenso lago, o maior lago artificial da América Latina. Nessa ocasião, os ribeirinhos com os quais ela trabalhou tiveram que “se retirar” da área de vazante para se realocar numa área de caatinga – para onde foram destinados pelos técnicos da Companhia Hidrelétrica do Vale do Rio São Francisco (CHESF). Ao pensar o que chama de “modelo particular de retirada”, a autora descreve como as oposições nativas entre os eixos vazante/caatinga e vida/morte se articulam. Segundo ela, para eles, “enquanto a vazante era baixa e molhada, associada à vida e à fertilidade, a caatinga era alta e seca, associada à morte e à esterilidade” (Martins Costa 2013: 50).

Algo semelhante se passa na Ilha do Massangano. Como gostam de dizer, ali, a vida se faz no meio do rio. É sempre com alegria que lembram da época das enchentes, em especial a de 1979, quando o rio cobriu boa parte da ilha: o peixe era farto e à mão, e o restante dos mantimentos literalmente “caía do céu”, trazidos de helicóptero. Mais do que isso, podiam viver todos juntos improvisados num mesmo barracão, abrigados no “alto”, na parte do “rio de cima”, onde a terra nunca alagava. Não era a abundância de água, mas, ao contrário, a falta dela que os aproximava da morte.

Nas terras do alto e “de cima” está o “cemitério dos anjinhos”. Quanto aos adultos, preferem enterrá-los fora da Ilha, em “terra-firme”, do outro lado do rio, separado pelas águas, lá no “sem fim” da caatinga “braba”, a uma boa distância de suas antigas moradas. Fazendo isso, se poupam das visitas inesperadas de seus parentes idos; poupam também a si mesmos de, uma vez mortos, darem às suas almas a liberdade de seguirem novos rumos. Entretanto, o cálculo da boa distância que deve separar as terras das águas é um tanto variável. Ele varia conforme o desejo de proximidade com certa qualidade de ‘mortos’. Dessa forma, nem sempre a terra que cobre o cemitério é a mais seca. Nas visitas ao cemitério no dia de finados, é comum que os parentes levem consigo uma ou mais garrafas de água para que possam molhar a cova de seus entes falecidos. Explicaram que assim faziam para matar a sede e a saudade dos há tempos idos, já tão distantes das águas e da vida.

Assim, ora aparecendo como oposição, ora numa relação de complementaridade, o eixo terra-água articula as relações postas na ilha e contém diversos outros eixos que aparecerão ao longo desse texto, como ilha/terra-firme; cheias/secas; baixo/alto; vazante/caatinga; vida/morte.

Terra para as “Almas”

É também no “alto” e “em cima” que estão a salvo das águas certas encruzilhadas, aquelas que durante o período da Quaresma levam o nome de “estações”. Elas sinalizam uma “cruz de caminhos” onde é maior a probabilidade de que “almas” e pessoas se encontrem. As almas me foram apresentadas como algo que já foi vivo e que morreu, despreendendo-se de seu corpo físico. Alma pode ser tanto “almas”, quanto “as Santas Almas”, cuja distinção é difícil de capturar. A princípio, elas designam ao mesmo tempo (i) uma qualidade “fina” do santo (“a” Santas Almas), cuja imagem está representada por um único desgastado quadro pendurado na parede da casa de quem foi o mais importante chefe dos Penitentes da Ilha e (ii) um bando: as almas do purgatório, dos necessitados, do cemitério etc. Pode também referir-se a uma alma individual “a alma de fulano”⁷.

Para lidar com tal povoamento e com essas diversas qualidades de almas, há todo um sistema ritual que é acionado tanto na Ilha do Massangano quanto na região.⁸ A saber: no

7 Contudo, trata-se de uma formulação pouco comum. Em geral, quando há uma individuação, no caso de um “parente morto”, por exemplo, ele não é pensado como uma alma, mas como um espírito, o “espírito de fulano”.

8 Há Alimentação de Almas e Penitência em diversos outros trechos ao longo da Região do Rio São Francisco, em especial na sua porção média, não sendo, pois, uma exclusividade da Ilha do Massangano. Para uma descrição dos efeitos da Alimentação nas terras altas do alto sertão Baiano, posição relativa ao curso do rio São Francisco e ao relevo baiano, ver a tese de Carolina Souza Pedreira (2015).

caso das mulheres, o cordão das Alimentadeiras de Almas; e, no caso dos homens, o cordão dos Penitentes. Ambos, Alimentadeiras e Penitentes, se ocupam em cuidar das almas necessitadas. Há diferenças substanciais entre um grupo e outro. Apesar da diferença que chama mais atenção ser a de que na Penitência são admitidos apenas homens iniciados e em idade adulta e que, uma vez no cordão, o penitente deve pelo período mínimo de sete anos “se cortar”, reproduzindo em seus corpos o sofrimento de Jesus, a distinção que mais me interessa aqui é aquela que reserva ao domínio das mulheres (ainda que os homens possam participar) do cumprimento do percurso das estações – isto é, de seu vínculo com a terra.

As estações são marcações espaciais relativamente fixas, tracejadas pelo caminhar cotidiano daquelas que compõem o cordão das “Alimentadeiras de Almas”. Esse grupo de mulheres e crianças, ao modo de uma *Via Crucis* e à imagem e semelhança das próprias almas, saem pela ilha durante todas as segundas, quartas e sextas-feiras da Quaresma envoltas em panos brancos amarrados na cintura por um cordão de São Francisco. Carregam consigo um “madeiro” (isto é, uma cruz de madeira) e uma matraca, cujo forte estalo tem a função de marcar a parada nas estações, alertando as almas de sua chegada. Ali elas acendem velas, tiram os “pais-nossos” e rezam os “benditos”, a fim de dar o “de comer” a toda sorte de almas – das Santas Almas Benditas às condenadas.

Ainda que conscientes da natureza errática que é própria do caminhar – já que não apenas os trajetos, mas também, como procurei demonstrar, na ilha a própria terra também anda – para aqueles que lidam com as almas, os locais das estações nunca mudam. Isso porque a estação é um ponto de passagem calculado a partir do cruzamento dos vetores de orientação da caminhada entre uma casa e outra, em especial entre as casas daqueles que mais comumente se relacionam com as “almas”, no caso, as Alimentadeiras de Almas. Embora frequentemente deslocada, a estação continua sendo a mesma e conhecida “estação de fulana”. Muitas vezes, inclusive, é a própria casa - “a casa de fulana” - que assume o lugar de uma estação, passando ela mesma a constar na conta das sete a serem percorridas no dia. É o caso de quando uma casa oferece “café” aos Penitentes e às Alimentadeiras, tanto em retribuição ao alimento-reza que oferecem às almas, quanto para o pagamento de alguma promessa feita às Santas Almas. Ali, a casa ela mesma passa a ser “santa”, se configurando como uma estação, isto é, como um território de passagem entre um mundo e outro.

Dessa forma, importa aqui alcançar os sentidos (desde um ponto de vista, digamos, topológico) produzidos pelos encontros, no ‘percurso’ entre uma casa e outra, entre gente, “almas” e/ou mesmo “caboclos”. Isto é, importa investigar em que medida o cruzamento de “becos” na Ilha também se configura como um cruzamento de entre mundos. Para isso, me inspiro no trabalho de José Carlos Gomes dos Anjos (2006), quando descreveu como foi acionada certa cosmopolítica afro-brasileira na ocasião do desalojo de uma vila para construção de uma avenida na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ali, o autor descreveu a encruzilhada como um ‘território de linha cruzada’. Recupero dele sobretudo, na coincidência entre seu campo e o meu, a noção êmica de encruzilhada enquanto um conceito que “muito além de uma simples metáfora entre a vida e os caminhos, temos, creio eu, um pensamento que faz da vida um território” (Gomes dos Anjos 2006: 19). Ou ainda, quando propõe a encruzilhada como alternativa ao modelo hegemônico de sincretismo, de relação

entre diferenças, já que ela aparece “como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidade” (idem, 21).

Assim, se durante a Quaresma esses encontros entre um mundo e outro são procurados, no decorrer do ano algo diferente se passa. Após o alvorecer do sábado de aleluia, no encerrar da Quaresma, as almas devem voltar para o lugar de onde vieram: quando em terra firme ao sem-fim da caatinga braba, quando na ilha às encruzilhadas. Na Ilha, aqueles que mais comumente se relacionam com tais entes, dispõem de um mapa claro de onde se deve ou não passar, de modo a evitar – ou buscar – tais encontros. Para viver, os habitantes de Ilha do Massangano mobilizam uma certa ‘cartografia espiritual’ – para usar um termo de Vânia Cardoso recuperado na etnografia de Bianca Arruda Soares (2004 *apud* 2014) para pensar a articulação entre entidades e seus povoamentos no contexto dos terreiros de Candomblé do município de Belmonte na Bahia – do espaço na composição de seus trajetos cotidianos.

Água para “Caboclos”

Enquanto as almas são remetidas ao sem fim da caatinga braba, aqueles que vivem na Ilha do Massangano tomam os caboclos como seres mais afeitos às águas. “A *corrente* aqui é forte, menina”, disse a mim certa vez Dona Amélia, que foi “cabeceira de mesa”⁹ de uma das mais importantes casas de caboclo na Ilha. Explicou-me que isso se devia ao fato de viverem no “meio do rio”, onde a *correnteza* é mais forte. Noutra ocasião, outra amiga me disse que “a força” que decorre das águas povoa de caboclos tanto a ilha, quanto a própria pessoa: “tem o caboclo mais forte aquele que vive na travessia”, isto é, aquele que está continuamente sobre as águas. Quando a vazão do rio ainda permitia, o dono da casa de caboclo com mais prestígio na Ilha, Seu Berto Barrinha¹⁰, fazia sua famosa e saudosa Festa da Marujada – momento em que caboqueiras e caboqueiros saíam rio acima e abaixo em cima de barcos, “arrodeando a ilha”. Sobre as águas se encaboclavam em cascata, um atrás do outro, e ali se faziam “finos”, no dizer. A fineza, justamente, se media pela quantidade de caboclos que recebiam, e pela destreza com que se mantinham de pé sem afundar sobre seus pacotes.

Com frequência traçam uma correspondência entre a “*corrente das águas*”, da linha dos caboclos, e a *correnteza* das águas que circunda a ilha, de modo que muitas vezes *corrente* e *correnteza* aparecem em suas falas com significados próximos. Mas há outras correntes, que não a das águas. Estando “por aí”, os “caboclos” habitam as águas, mas não apenas: eles também estão na terra. Ao lado da corrente das águas, concorre em força na ilha a corrente “dos índios” ou “das matas” cujos caboclos, ou guias como também são chamados, são profundos conhecedores dos segredos da caatinga – domínio colocado por eles em oposição às terras “de vazante”, como o lugar onde vivem.

9 “Cabeceira de mesa” é a função de maior prestígio dentro de uma casa de caboclo, seguindo-se, obviamente, a posição do “dono” ou “chefe” da casa. A função é reservada àqueles que sabem ler e escrever, já que sua tarefa consiste exatamente em anotar os nomes, receitas e recados na comunicação entre caboclos e caboqueiros.

10 Seu Bartolomeu Nascimento, ex-piloto de embarcação e dono de casa de caboclo, enquanto vivo e com saúde não poupava esforços e dinheiro na realização de giras e festas de caboclos (e não apenas de caboclos). Foi o caso das festas da Marujada, mas também a da Cabocla Joana D’Arc, uma índia guerreira cuja beleza da festa é sempre lembrada por aqueles que puderam desfrutá-la.

Quando fora do plano da morada de suas “aldeias celestiais”, o mundo onde habitam os caboclos é a própria ilha. “Caboqueiros” e “caboclos” por conviverem num mesmo espaço, contam causos entre si, fazem e recomendam visitas, observam-se em suas rotas cotidianas, demandam cuidados. É o caso, por exemplo, de Dona Amélia quando percorria a ilha até “os caboclos” a fim de achar remédio para suas vistas “anuviadas”. Mas não o fez apenas por isso. Emocionou-se ao encontrar-se com o “cosminho” Cormira, que há tempos não via, de sua prima Corina. Conhecem os caboclos de seus parentes, como se parentes fossem: pedem com reverência a benção aos pretos velhos, como sempre fazem aos mais velhos, e dão, em contrapartida e em tom de chacota, a bênção aos cosminhos, tal como tratam as crianças. “Caboqueiras” ou “médias”, como gostam de dizer, não vão a uma gira apenas por um desejo de trabalhar, mas também para “vadiar”, “brincar” ou “pisar no outro”¹¹ na companhia dos caboclos – especialmente com o caboclo dos outros.

Ainda que os caboclos estejam “por aí”, o cuidado com os caboclos é familiar e se passa em casa: seja na “casa de caboclo”, ou em suas próprias casas – que quase sempre coincidem ou são vizinhas. Na Ilha do Massangano, onde já houve quatro ou mais casas de caboclos, há atualmente apenas duas que funcionam intermitentemente. Duas das antigas casas já desativadas pertenceram a dois irmãos do “povo dos Barrinha”. Enquanto uma das casas concentrava-se no trabalho de cura, a outra se dedicava a ser um espaço de convivência com os caboclos – sendo esta distinção apenas uma questão de ênfase e não de natureza. No tempo auge das giras, além das festas em datas específicas, havia sessões na Ilha impreterivelmente em todas as segundas, quartas e sextas-feiras de cada mês.

Com exceção de uma casa onde se “batia couro” – isto é onde se admitia o trabalho com a linha do “esquerdo” ou, simplesmente, com “o candomblé” –, na Ilha do Massangano tradicionalmente só se trabalha com a “linha branca”. Chamadas de sessões de “Mesa Branca”, na ilha, não cansam de repetir, trabalha-se “apenas para o bem” e com Jesus Cristo “sempre na frente”. Ainda que frequentemente Mesa Branca designe um braço do espiritismo kardecista – no qual médiuns reúnem-se em volta de uma mesa coberta por panos brancos onde o consulente deita-se a fim de ser curado por guias espirituais –, na Ilha do Massangano isso não parece fazer muita diferença. Nas casas de caboclo, ao lado de onde fica a mesa, há um salão onde propriamente “brincam caboclo”: sem tambores e com palmas, é o guia do dono da casa quem comanda a sessão na qual, ponto a ponto, “caboqueiros” “pegam” seus caboclos até o momento da chegada dos “cosminhos”, os caboclos crianças, que sempre encerram os trabalhos.

A presença dos caboclos na ilha – seja na água ou na terra – remonta à mesma época de sua habitação: desde sempre, porque sempre foi assim. Para Chica de Félix, uma amiga de lá, há tantos “caboclos” e “almas” por ali pelo fato da Ilha já ter sido terra de “índio brabo” e de “negro fugido”. Em outra ocasião, uma amiga contou-me que ao trabalharem numa das terras das pontas da Ilha, sua mãe e demais presentes surpreenderam-se ao se depararem com uma porção de crânios enterrados. Enterrar gente assim, em qualquer lugar, só podia ser coisa de índio, concluíram.

Na Ilha - e ao que parece em parte do sertão nordestino (cf. Sigaud 1978) -, um dos sentidos do termo “caboclo” equivale ao de “índio”. O atributo “brabo” que em geral acom-

11 O termo “pisar no outro” também está presente no Jarê da Chapada Diamantina (não tão longe dali). Segundo a excelente etnografia de Gabriel Banaggia (2015), o termo refere-se à astúcia dos ‘aparelhos’ caminharem sem se queimar sobre as brasas das fogueiras sempre acesas nos dias de giras.

panha o termo indígena “caboclo” – “caboclo brabo”, no dizer – é indício, pois, menos do ideal romântico do “índio puro” e mais do sentido de uma “brabeza” que lhe é inerente. Certa vez uma amiga brincou dizendo que Ilha é terra de “caboclo brabo”, como eles próprios também são. Muito embora, ponderou, sejam eles próprios mais “mansos” porque, já menos índios, deixaram de viver em guerra. Mas não somente. Quando minha amiga “caboqueira” se disse, ainda que em parte e em tom de piada, “cabocla”, não se referia apenas à sua dimensão indígena, mas também a outras composições de sua mistura. Certa vez, numa de nossas conversas de final de tarde, a mãe dessa amiga apontava para duas de suas netas: uma negra e outra branca. Achando aquilo curioso, a velha senhora concluiu por fim que tanto fazia, “a gente é tudo uma coisa só mesmo”, que ali “até os brancos são pretos”. A unidade contida em ser “um só” não dispensa, pois, suas variações. De modo semelhante, penso que a “brabeza” indígena, tal como pensada ali, não consiste propriamente numa rebelião contra uma mistura (com o branco colonizador ou com o negro escravizado), mas contra uma ideia de fusão: são misturados, mas permanecem em alguma medida com seus lados índios e negros.

Ao fazerem isso se aproximam daquilo que Márcio Goldman (2016) chamou de ‘contramestiçagem’ ou ‘relação afroindígena’ em oposição às imagens da mistura acionadas pelas teorias da mestiçagem por um lado, e do sincretismo por outro. E aqui eu o cito:

Não, claro, no sentido de uma recusa da mistura em nome de uma pureza qualquer, mas no da abertura para seu caráter analógico, não binário ou digital, e para o elemento de indeterminação que qualquer processo de mistura comporta. “Contra” no sentido clastreano de uma recusa ativa do Um e de uma afirmação do Dois. (Goldman 2016: 9)

Assim, ainda segundo o autor, tais relações não pressupõem que o produto da mistura seja ou um todo homogêneo, ou fragmentos purificados de partes, o que implica que surge daí aquilo que ele chamou, ainda que provisoriamente de ‘modulação da diversidade’, isto é, “um processo de variação contínua no qual na coexistência de elementos diferentes pode haver um nível em que eles efetivamente se combinam, mas também níveis em que permanecem de algum modo distintos” (Goldman 2016: 3). Penso que o termo “caboclo” e suas variações de sentido são uma boa imagem de tais modulações que o autor indica.

O termo caboclo, como pontuou Véronique Boyer (1998) ao pensar o contexto da pajelança paraense, assinala um signo polissêmico: num polo reside sua dimensão ‘humana’, e no outro a sua dimensão ‘invisível’ - a das ‘entidades’. No contexto da Ilha do Massangano, tal polarização não faz sentido uma vez que nem sempre os caboclos, digamos, ‘não humanos’, são ‘invisíveis’, dispondo, pois, de alguma consistência. É o caso, por exemplo, de quando a água era muita e a correnteza era forte, e uma sereia era com frequência vista “em vida” numa pedra grande das corredeiras da ilha onde ela habitava.

Ainda segundo Boyer, o polo da humanidade indica uma categoria relacional, que quase sempre é de acusação – é caboclo aquele que está sempre mais ao interior; enquanto o polo ‘invisível’ aparece como um operador de expressão de diferenças: “[nele] formou-se um conjunto único, cuja coesão não é necessariamente harmônica, onde podem expressar-se as diferenças culturais, sociais e geográficas” (Boyer 1998: 48). É esse sentido último, o da polissemia cabocla enquanto operadora de diferenças, que quero recuperar para pensar o contexto da Ilha do Massangano. Lá, ir “aos caboclos” é encontrar-se com uma

infinidade de seres, e “caboclo” é tudo aquilo que se apresenta enquanto tal: sejam eles mesmos, índios bravos, vaqueiros, sereias, cosminhos, pretos-velhos e toda sorte de guias espirituais – desde que trabalhem para o bem.

Dito isto, a minha insistente pergunta “caboclo é um morto?” ou “caboclo é um tipo de alma?” nunca fez muito sentido para aqueles que costumam “caminhar para os caboclos”. Para eles, os caboclos não são exatamente ‘mortos’ porque, como já vimos, a vida nunca lhes foi um necessário ponto de partida. Enquanto que, por um lado, os caboclos-boiadeiros já foram vaqueiros vivos, por outro lado, as sereias até onde se sabe sempre foram sereias. A diferença entre um e outro passa menos pela vida ou pela falta dela e mais pelo plano de consistência no qual a vida se desenrola. Isto é, ao passo que o boiadeiro está mais próximo das matas e da caatinga, a sereia é um ser que habita as águas e suas pedras. Há ainda, aquelas qualidades de caboclo que são ao mesmo tempo “das matas” e “das águas” – como é o caso da “caboclinha coroada do rio”, umas das guias de uma amiga “caboqueira fina” da Ilha, que é a um só tempo índia e do rio.

É preciso sublinhar que ainda que a relação estabelecida entre os caboclos e seus mundos esteja em força ligada às águas. A terra, entretanto, não deve ser excluída dessa equação. Como procurei argumentar, água e terra estão intimamente interligadas: compõem-se, arrastam-se, contêm-se. Nesse sentido, a correnteza só existe porque se faz sentir em terra. Assim, a “corrente dos caboclos” acompanha em força a correnteza das águas que circunda a terra.

Mas hoje o rio, no dizer, “é só croa e pedra”. Por estar à montante da Ilha, a barragem não a inundou. Ao contrário, hoje ela está mais à deriva do que nunca. No tempo das fartas correntezas, não era raro deparar-se com as sereias que moravam nas pedras que margeiam suas terras. Ali viam “em vida” uma linda mulher de cabelos longos, metade gente, metade peixe. Entretanto, hoje em dia já não se vê mais. Sem correnteza não há força, e sem força há menos caboclos no mundo de cá. Minha suspeita é que com o afastamento sistemático das águas, seu espaço passou a movimentar-se menos: a terra parou de andar, a correnteza minguou, cessaram-se as cheias e tudo é estiagem.

O fim do mundo de um mundo que não tem fim: a afetação da Barragem

Assim, se é verdade que ali as relações entre gente-almas-caboclos são orientadas em grande medida pela passagem entre um mundo e outro, cuja consistência é dada pela relação terra-rio, o que acontece então quando esses territórios de passagens são ‘desviados’, ‘transpostos’, ‘soterrados’ ou ‘barrados’. Em outras palavras, em que medida a construção da Barragem de Sobradinho afetou a relações entre os mundos dos “caboclos”, “almas” e suas gentes?

Construída para regular o sistema de vazantes do rio e viabilizar o agronegócio de fruticultura de irrigação na região, a construção e implementação da Barragem de Sobradinho freou a força da correnteza das águas ao passo que acelerou seu assoreamento. A vazão do rio, que na época dos debates pela implementação da transposição rio São Francisco – cujo primeiro ponto está a menos de 200km de Petrolina, na cidade de Cabro-

bó-PE -, argumentava-se que tomariam apenas algo entre o mínimo de 26m³ e o máximo de 126m³ de água, o que não afetaria em nada o Rio, uma vez que existia o pressuposto de que há uma vazão “segura e firme” desde Sobradinho de 1800m³. Hoje a vazão daquele trecho beira os 900 m³/s, no prognóstico mais otimista. Trata-se de uma vazão tímida uma vez que hoje em dia a Barragem libera cerca de 50% do total (sub)estimado na época.

Para aqueles que vivem na Ilha do Massangano, tais números se traduzem em menos água e com menos força – isto é, em menos correnteza. Ainda que os mais experientes nos ofícios das águas afirmem que já viram o rio tão seco quanto agora, concordam que o rio hoje é outro. Trata-se de uma espécie de ilusão de ótica, concluem. Seu assoreamento fez emergir a terra do fundo do leito do rio em direção a sua superfície, espalhando sua pouca água pelas beiradas. Dessa forma, tem-se a impressão de um rio cheio, quando o que de fato acontece é que ele está raso, pouco profundo, sem correnteza ou corrente.

Diante da eminência de que o rio seque e das notícias de que ‘o maior lago artificial da América Latina’, o lago formado pela Barragem de Sobradinho, está no ‘volume morto’, uma senhora amiga minha vendo na pouca água as profecias que escutou dos antigos padres, atualizou o prognóstico que lhe fora dado: tudo, enfim, viraria sertão. Entretanto, penso que para eles não se trata propriamente do fim do mundo. Trata-se, talvez, do fim de um mundo tal qual o conheceram. Reelaboram em seus termos a famosa escatologia sertaneja cujo ‘sistema mítico ritual’, conhecido como messianismo, foi batizado por Cristina Pompa (2009) ao pensar o movimento “Pau de Colher”, passado no município de Casa Nova, no ano de 1938, a cerca de 70 km dali, como a ‘cultura do fim do mundo’.

Ao invés do fim do mundo, entretanto, reivindicam para si um “mundo simples”, como certa vez me disse outra amiga, bisneta de Celestina. Não querem para si o mundo estratificado, tal como pregado pela chegada do movimento da renovação carismática na ilha – movimento este liderado pelos também descendentes de Celestina. Prometendo ordenar, estratificar e separar mundos, os carismáticos procuram matar o que chamam de “a tradição dos mais velhos” e parir o novo: o *novo povo*, os “católicos de verdade”. Contra a legião de caboclos ou de almas, o católico deverá ser pobre de espírito, porque só deverá haver um - o espírito santo -; contra aqueles que fazem penitência, deve-se matar seus mortos, ou nas palavras deles, “deixar que os mortos enterrem seus mortos”.

Entretanto, durante a missa da trezena de Santo Antônio, santo padroeiro da ilha, a igreja esvaziava-se. Diante do sermão dos pregadores carismáticos, muitas das pessoas presentes na missa optaram por ficar do lado do mundo, fora da igreja, junto com os mortos. Resistiam na unidade da diferença: serão tudo ao mesmo tempo. Essa mesma amiga, bisneta de Celestina, reivindicava o poder de agir de acordo com a sua vontade: acenderá velas a quem desejar, como sempre fez. Contava-me que o mesmo tio seu que levou a bandeira de Santo Antônio é aquele que “pega” caboclo, que samba seu samba, que bebe sua cachaça, que reza penitência e que guia suas rodas de São Gonçalo.

Desde sempre ser “caboqueiro” ou mesmo “alimentadeira” ou “penitente”, nunca foi algo que confrontasse ou concorresse com a fé católica – e na ilha quase todos são católicos, devotos fiéis de seus santos domésticos, cuja devoção, e o próprio santo, herdaram de seus antepassados. Contra isso, ensinam os carismáticos, é preciso saber a quem se acende uma vela: se aos santos, aos caboclos, ou às almas. Contra isso, beatas-caboquei-

ras-alimentadeiras reivindicam a faculdade de ser tudo ao mesmo tempo. Não suportam isso que chamam de “discriminação”: “o que tem a ver uma coisa com a outra?”, insiste perplexa outra amiga beata-caboqueira-alimentadeira. A questão é que não há porque separarem tais mundos, porque ainda que caminhem juntos, pertencem a lados diferentes, coexistindo: segundo a formulação nativa, “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. Lançam mão com frequência de tal formulação no sentido de exprimir uma ideia de diferença que corre ao lado e complementa a de “fazer-se um só”: enquanto uma expressa a ideia de similitude e de unidade, a outra persiste na diferença. Entretanto é uma diferença que comporta a coexistência de variações entre um ponto e outro, na qual ser “um” não “empata” ser também outro.

Referências

- BANAGGIA, Gabriel. 2015. *As forças do Jaré: Religião de matriz africana da Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BOYER, Véronique. 1999. “O pajé e o caboclo: de homem a entidade”. *Mana*, 5 (1): 29-56.
- CARNEIRO, Ana. 2014. “Um causo, um povo, uma televisão: formas análogas”. *Mana* 20(3): 461-490.
- FERRAZ, Socorro & FERRAZ BARBOSA, Bartira. 2015. *Sertão: Fronteira do Medo*. Recife: Editora UFPE.
- GOLDMAN, Marcio. 2016. “Além da Identidade: antisincretismo e contramestiçagem no Brasil”. Conferência apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, São Leopoldo, RS.
- GOMES DOS ANJOS, José Carlos. 2006. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora UFRGS/ Fundação Cultural Palmares.
- MARTINS COSTA, Ana Luiza. 2013. *Uma Retirada Insólita*. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais. No 4. IPPUR/UF RJ.
- NEVES, Zanoni. 1998. *Navegantes da Integração: os remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- NÓBREGA, Marcia. 2017. “O Samba é fogo”: *O povo e a força do Samba de Véio da Ilha do Massangano*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens; SESC.
- PEDREIRA, Carolina de Souza. 2015. *Tecidos do Mundo: Almas, espíritos e caboclos em Andaraí, Bahia*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de Brasília.
- POMPA, Cristina. 2009. “Memórias do fim do mundo: o movimento de Pau de Colher”. *Revista USP*, 82 (2): 68-89.
- SIGAUD, Lygia. 1978. “A Morte do Caboclo: Um Exercício sobre Sistemas Classificatórios”. *Boletim do Museu Nacional*, 30 (Nova Série).

122 | Entre “almas” e “caboclos”, um “povo só”

_____. 1988. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de so-
bradinho e Machadinho”. In: *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. As-
pectos Econômicos, Tecnológicos, Ambientais e Sociais*. São Paulo : AIE/COPPE; Editora
Marco Zero.

SOARES, Bianca Arruda. 2014. *Os candomblés de Belmonte: variação e convenção no sul
da Bahia*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu
Nacional.

Recebido em 21 jul. 2017.

Aceito em 30 ago. 2017.